

União Africana: sobre ações vindas do sul, a globalização e um mundo “policêntrico”

*JOILSON DE ARAUJO MARTINS ANDRADE SILVA**

1. Apresentação

A presente proposta tem por objetivo pesquisar a União Africana (UA), organização internacional de estados africanos, por meio dos seus relatórios oficiais, advindos das periódicas cimeiras dos seus órgãos internos e de seus representantes de estados, a análise segue com os periódicos africanos, como Pambazuka, Panapress, África 21, que procuram monitorar a presente organização de estados, além de artigos críticos de intelectuais sobre a UA em revistas brasileiras, como Cena Internacional, Meridiano 47, Mundorama, RBPI, Via Mundi (em fontes eletrônicas e impressas).

Procuramos traçar uma relação histórica das mobilizações, em uma longa duração, desde o surgimento do pensamento Pan-africanista, no século XIX, até a consolidação dos novos estados africanos. No entanto, a análise será aplicada às décadas finais do século XX e primeira década do século XXI, período classificado como “Renascimento Africano”, procurando compreender como se configura a inserção ou a marginalização dos países africanos no sistema internacional, via organização internacional de estados, ampliando o conceito para um sistema internacional policêntrico no âmbito da Globalização.

Para tanto, iremos nos basear em propostas teóricas interdisciplinares para obtermos uma visão mais holística sobre o problema, já que percebemos duas dificuldades importantes de serem consideradas: a primeira, uma restrita contribuição acadêmica sobre a União Africana, em Relações Internacionais e na História do Presente, principalmente no Brasil, e a segunda, a impregnação de um forte pensamento afro-pessimista em diversificadas mídias, em âmbito internacional, como jornais, revistas, cinema, entre outros, cujas conseqüências dificultam muito os papéis de quem informa ou de quem quer se informar sobre o tema, além disso, cria mais obstáculos para a pesquisa, concomitantemente, para a investigação histórica e a configuração de

**Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).*

uma cultura baseada na pluralidade e o respeito a diversidade etno-cultural em âmbito mundial.

Partindo destas premissas, utilizaremos as discussões a cerca da “Globalização” a partir das colaborações críticas de Milton Santos, Joseph Ki-Zerbo, Edward Said, entre outros, em contraponto com a visão um tanto quanto polêmica de “fim da história” de Francis Fukuyama. Mais adiante, proporemos uma discussão acerca de um sistema internacional de estado “policêntrico” (Kennedy apud VILLA, 2001 & Amin apud GROppo, 2005) ou “mundo multicivilizacional” (HUNTINGTON, 1997), procurando compreender as questões da inserção ou da marginalização dos novos estados africanos, diante do âmbito multifacetado do atual sistema internacional, questionando o significado da representação da União Africana como expressão dos valores e da integração continental nesta região.

Por fim, confrontaremos as contribuições brasileiras sobre a UA, buscando compreender suas definições, funções e papéis, suas relações de enfrentamento e diálogo com o sistema internacional e seus organismos com a intenção de encontrarmos um lugar para África e sua história mais recente, no emaranhado e atual contexto histórico, “por uma nova globalização” (SANTOS, 2002).

2. Por que a União Africana?

As Relações Internacionais e a história do tempo presente compõem vastos campos do conhecimento, não apenas em quantidade, mas também no que tange a qualidade e a relevância dos diversos assuntos que permeiam a história recente e as suas imbricações nos mais diversos países. No Brasil, por exemplo, vemos emergir como novos ramos do conhecimento e estamos iniciando uma tradição nestes estudos, por ter estas características, ainda não conseguimos abranger todos os principais temas e atores do xadrez internacional. Percebemos alguns desafios para a academia brasileira e, é sabido, que as transformações políticas mundiais nos trazem momentos de oportunidades, vemos surgir novos atores que carregam, com suas experiências, novos problemas que irão demandar do pesquisador novos conceitos, ou a revisão destes, para ampliar os debates sobre as relações internacionais.

A leitura que faço disso se foca na ausência de qualquer fórmula, planta baixa ou grande teoria para aquilo que o intelectual pode fazer, e, no

momento, a ausência de qualquer teleologia utópica em cuja direção a história humana esteja caminhando. Portanto, inventam-se – no sentido literal da palavra do latim inventio, empregada em retórica para designar o rearranjo a partir de desempenhos anteriores ou o reencontrar de soluções, e não o uso romântico de invenção como algo que você cria do nada – inventam-se metas através da abdução, isto é, elaboram-se hipóteses de situações melhores a partir de fatos conhecidos, históricos e sociais. (SAID, 2003:38)

Sabendo disso, observamos uma produção acadêmica pequena ou quase escassa, no que se refere aos atores (novos estados) africanos e suas ações, em um momento em que eles também emergem no contexto internacional e vão além, estreitam ainda mais os laços com nosso país, já que temos em nossa formação histórica e sócio-cultural, raízes profundas com o continente africano, o qual vive também uma marginalização neste importante campo do conhecimento, atenta a isso, a presente proposta, objetiva traçar o surgimento, o funcionamento, a reflexão e a crítica de uma organização muito importante para as análises em relações internacionais e da história política recente, a União Africana (UA).

Não apenas na visão cristalizada como um “retrato do colonizador” (MEMMI, 1977), ou pelo prisma do “imperialismo” ou “capitalismo mundial” (AMIN *apud* GROPPPO, 2005), mas compreendendo as relações dos seus estados atores que procuram responder aos desafios de uma época marcada inicialmente pela bipolarização, entre EUA *versus* URSS, a chamada “Guerra Fria”, de 1945 a 1991 (HOBBSAWN, 2002), que resultou nas décadas finais, um contexto regional, com outro viés, compreendendo as ações dos estados africanos, no que é considerado pela historiografia como “renascimento africano” (PENNA FILHO, 2000; SARAIVA, 2007; MAKGOBA, 1999).

Um contexto com atitudes que mostraram ao mundo iniciativas e movimentos autênticos, como respostas dadas aos enfrentamentos e as imposições internacionais, no âmbito multipolar que se encontra o Sistema Internacional (SI), onde percebemos soluções que propõem mesclar as influências da agenda internacional e a incorporação ou a “africanização” (DÖPCKE, 2002) dos discursos para integração e inter-relações com a “sociedade dos estados”, o autor Hedley Bull, nos revela que a Sociedade Internacional presa pela existência dos estados, por isso a chama também pelo nome de “sociedade dos estados”, estados que interagem entre si a partir de características duais como o conflito e cooperação, a neutralidade ou indiferença e de maneira direta ou indireta. Esta interação se manifesta na “ordem internacional” baseada em “(...) um

padrão ou disposição das atividades internacionais que sustentam os objetivos elementares, primários ou universais de uma sociedade de estados (...) [através da] preservação do próprio sistema e da sociedade de estados. (BULL, 2002:22-23)

Assim, procuramos resgatar a importância desses atores (novos estados) africanos, por meio desta renovada organização internacional, a União Africana, pois ela surge da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963, e se desdobra na forma presente, devido as transformações ocorridas nestes últimos anos. A UA tem em sua formação países em processos de descolonização que também estão situados histórica, ideológica e geopoliticamente, como países do Sul, e não podem ser apenas rotulados como “sub” ou “em desenvolvimento”, pois procuraram prostrar-se à mesa das negociações, como atores, para discutir política internacional, com proposituras próprias reforçando o que foi refletido por Milton Santos, como sendo uma das alternativas vindas “de baixo”, “por uma outra globalização” (SANTOS, 2002) que não seja esta vigente.

A partir daí, analisaremos seu histórico de criação, a crítica sobre a imagem formada sobre os estados membros, a reflexão sobre seus avanços, recuos e as possibilidades para a construção ou conformação de um modelo de “sistema internacional policêntrico” (VILLA, 2001).

3. A globalização por um olhar histórico vindo do sul

Baseando-se na tese central de Milton Santos em “Por uma outra globalização”, por meio das posturas e/ou das ações advindas “de baixo”, ou seja, dos países do Sul, propõe-se desenvolver nesta pesquisa, uma análise sobre a UA como uma das alternativas encontradas para seus desenvolvimentos e inserção internacional, como respostas e resistências aos modelos neoliberais da “ingerência ocidental” e da agenda internacional imposta pelos países do Norte:

Hoje em dia, quase universalmente, expressões como ‘livre comércio’, ‘privatização’, ‘menos governo’ e outras semelhantes tornaram-se a ortodoxia da globalização, são seus falsificados valores universais. São a base do discurso dominante, idealizado para criar um consenso e uma aprovação tácitos. Deste nexos emanam confecções ideológicas tais como ‘o Ocidente’, ‘o confronto de civilizações’, ‘valores tradicionais’ e ‘identidade’ (talvez as mais abusadas expressões do léxico global, hoje). Todas elas são lançadas não como parecem ser – como instigações ao debate -, mas, ao

contrário, para sufocar, excluir e esmagar a dissensão, sempre que os falsos valores encontrarem resistência ou questionamento. (SAID, 2003:35)

Na busca de se alcançar um modelo próprio e sair desta situação de dependência causada pelos anos de colonialismo, sobretudo europeu, os países do continente africano iniciaram uma integração a partir da incorporação do discurso do Pan-africanismo, a partir do ano de 1945, em Manchester, com a liderança do ganês Kwame Nkrumah – que mais adiante, adota uma postura política aliada aos líderes asiáticos e latino-americanos do Não-alinhamento Político, na Conferência de Bandung em 1955. Este engajamento político consolidou a OUA (Organização da Unidade Africana), em 1963, a qual se deu em decorrência das transformações advindas do pós-segunda guerra mundial, o que levou ao processo de lutas pela independência desses estados, configurando a sucessão de eventos de longa duração histórica e de resistência, como resposta ao atual estágio da Globalização a partir de uma perspectiva africana:

[...] a globalização é o desenvolvimento lógico do sistema capitalista de produção. Este atingiu um patamar a partir do qual deve necessariamente adquirir dimensões planetárias – ou desaparecer. Os conceitos de competitividade e rentabilidade levam a uma espécie de darwinismo econômico. Resultado: só os mais aptos – the fittest, como dizem os ingleses – sobreviverão. [...] A propriedade bem localizada no tempo está prestes a voar em estilhaços, como resultado dos movimentos de capitais especulativos. A economia baseada na oferta imposta, se for preciso, pelo monopólio a mercados cativos, substitui a economia da demanda solvente, proposta por John M. Keynes para estimular as economias nacionais e mundial [...], um quadro mundial extremamente fluido da distribuição do controle econômico, que não funciona a favor dos consumidores. Outrora, o capitalismo funcionava segundo uma palavra de ordem bem conhecida: ‘O cliente é rei.’ Hoje, já quase não existe esta referência; o sistema funciona, quase exclusivamente, em função das trocas. Vendem-se e compram-se ações, e os atores destes jogo do dinheiro nas bolsas internacionais ganham dez ou vinte vezes mais, por dia, do que aqueles que investem o seu dinheiro na produção. Voltamos ao capitalismo mercantil, mas num sistema ainda mais desumano que o capitalismo do século XIX. (KI-ZERBO, 2006:21-22)

Dessa forma, o mesmo autor, amplia este quadro antagônico com uma de suas “despretensiosas” definições, como a de um dos processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política, expondo a metáfora da peça de teatro, onde a representação deve ser feita a partir das posições dos seus atores, nestes termos ele menciona que não há globalização inocente, e ainda menciona uma visão pessimista para o continente africano, pois não há lugar na globalização, desta forma compara os EUA como sendo os “globalizadores” e os países da África, como os “globalizados” questionando se há mesmo protagonismo nesta atual fase da globalização para o continente:

Não sei de que lado você [René Holenstein] se situa; quanto a mim, eu sei que sou um globalizado. A África, como continente, situa-se mais nesta categoria, porque é uma questão de relação de forças. É a questão de saber se somos sujeitos da história, se estamos aqui para desempenhar um papel na peça de teatro. Na realidade, não há peça onde só há atores principais. Também deve haver figurantes, e nós, africanos, fomos classificados como figurantes, isto é, como utensílios e segundas figuras para pôr em destaque os papéis dos protagonistas. (KI-ZERBO, 2006:23)

Sabemos também que estas vertentes, de caráter internacional, o Pan-africanismo, o Não-alinhamento, a OUA e a Negritude, não se mostraram homogêneas em seus discursos e suas práticas, por isso, estes projetos não conseguiram vingar uma solução coletiva, isto é, em blocos econômicos de integração plena, pois alguns países tentaram seu protagonismo e, assim, sair da dependência das potências centrais, outros, por sua vez, não conseguiram se desvencilhar deste passado, pois a dominação colonial gerou aos novos líderes políticos a herança do poder daqueles países, inviabilizando, dessa forma, propostas de cooperação e articulação coletivas mais ousadas, como a integração continental, já proposta por muitos intelectuais africanos na época.

Após estes movimentos, chegamos aos anos de 1980 e 1990, sendo o contexto africano um dos mais desalentadores que podemos imaginar. Há uma crise econômica no continente, há proliferação de doenças como a AIDS e o Ebola, há crise na agricultura que afeta a distribuição de alimentos, um desmantelamento político em vários países e a isso tudo, somam-se a miséria diária, enfrentada pelas populações, a corrupção dos líderes autoritários, os processos de conflitos generalizados pelo continente e a tão questionada ajuda internacional que não é eficaz e, em muitos casos, mantém esta situação de dependência.

Neste contexto, surge um movimento para se alcançar uma visão mais otimista que possa se contrastar e questionar o evidente “afro-pessimismo”, difundido por: economistas, análises políticas, mídias internacionais, pelo cinema e pelos intelectuais acadêmicos. A difusão do “afro-pessimismo” não mostra apenas as misérias com o objetivo de se fazer algo pelo povo do continente, mas acabam cristalizando a imagem destes povos e levam um discurso de que não há possibilidade dos estados africanos se comprometerem com seus próprios problemas, criando conceitos a partir dos dados economicistas que apenas rotulam os estados africanos e que não ajudam na melhora ou no desenvolvimento destes, como a visão apregoadada do conceito de “estados falidos”, ou mesmo, quando sempre divulgam algum dado do IDH africano, por exemplo, em regiões como o Piauí ou Maranhão, no Brasil, os quais fazem a comparação automática

com as posições dos países africanos, como Serra Leoa ou Somália, Ki-Zerbo tem outra visão sobre desenvolvimento humano

O desenvolvimento é um fenômeno total, que é necessário abraçar também na sua totalidade. E nesta totalidade, os fatores cultura e educação são primordiais. Todavia, num certo pensamento do Banco Mundial, tudo funciona como se a educação e a cultura não fizessem parte do desenvolvimento, ao passo que o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento integra a esperança de vida e a educação nas normas do desenvolvimento. Mas como quantificar a cultura, para poder injetá-la nos indicadores do desenvolvimento? É um problema, porque os aspectos mais íntimos do desenvolvimento são quase indefiníveis e impalpáveis, como a felicidade, a saúde, a alegria. É por isso que é necessário tomar a decisão de reconhecer que é difícil classificar países pelo nível de desenvolvimento. É certo que a ciência postula, exige mesmo a quantificação. Mas as coisas requintadas, refinadas, são realizadas em muitos países pobres do mundo. Pense na cozinha, no vestuário, no artesanato, na arte ou, ainda, na delicadeza e no refinamento das expressões em certas línguas: são coisas que tornam o homem perfeito, no plano humanista, mas que não podem ser tomadas em consideração na identificação ou na classificação do desenvolvimento. (KI-ZERBO, 2006:150)

A procura de uma visão que possa superar este impregnado pessimismo frente aos países africanos, Makgoba (1999), Penna Filho (2000) e Saraiva (2007) classificam como “renascimento africano” o período mais recente da história internacional do continente africano, porém sabemos como é complicado propor o termo “renascimento” de algo que não acabou e de acordo com as visões do que nós chamamos de “afropessimismo”, podemos dizer que há um movimento de “reerguimento”, já que as visões cristalizadas sobre África auxiliam emperrando potencialidades para o seu desenvolvimento, causando receios e pré-concepções dos vários investidores e seus investimentos, por meio de empresas transnacionais e, paralelamente, a cooperação de muitos estados que poderiam ter impulsionado o desenvolvimento econômico no continente de maneira responsável, não deixando aberto um canal perigoso para a implantação de investimentos estrangeiros aliados à corrupção e à discutível qualidade dos serviços oferecidos.

Um horizonte de possibilidades se coloca aos países africanos e a UA pode resgatar a confiança internacional e fortalecer o continente, fazendo com que as relações multilaterais possam auxiliar no desenvolvimento continental. Além disso, alguns países vêm se destacando economicamente e estão liderando grupos internacionais como à África do Sul e o seu relacionamento no IBAS (cooperação internacional com Índia e Brasil); um diálogo maior se abre com a Unasul (União de Nações Sul-Americanas); relações bilaterais com o governo chinês e vários países africanos; a reorganização do

diálogo com a União Europeia e os EUA são possibilidades aos países africanos, aliados a isso, resultados positivos, frente ao enfrentamento da atual “crise financeira mundial”, a qual não afetou o continente como previa muitos analistas internacionais do FMI, Banco Mundial e, recentemente, da OCDE:

O documento dá um quadro sombrio da economia do continente para o ano, o que é uma obviedade, dado o tamanho da crise mundial. Mas oferece também razões para otimismo, e algumas conclusões surpreendentes. (...) Sobrou espaço para alguma notícia boa depois disso tudo? Incrível, mas sobrou. A freada é grande, mas a África, apesar de tudo, ainda vai crescer nesse ano. A perspectiva de crescer 2,8% só é vista como tenebrosa porque nos últimos anos o crescimento foi estelar. Em outros tempos, seria comemorada. A boa notícia é que o crescimento na África foi de estimados 5,7% em 2008, o quinto ano seguido acima de 5%”, diz o relatório. Além disso, afirma a OCDE, “nos últimos anos, uma melhor gestão macroeconômica, perdão de dívidas externas, melhor governança e maior integração na economia mundial fizeram a África ser mais resistente a choques econômicos internacionais.” /Anos de trabalho árduo de diversificação econômica, fugindo da órbita tradicional da Europa ou EUA, agora parecem ter sido providenciais. “Comércio mais intenso com potências emergentes como China, Índia e Brasil fazem a África ser menos dependente dos mercados da OCDE. Crescentes relações econômicas sino-africanas, em particular, forjaram fortes laços e reposicionaram a África como um parceiro comercial global.” (...) A África, se quiser sair do buraco, terá que caminhar com as próprias pernas. (ZANINI, 2010)

4. Um mundo “policêntrico”: uma finalização ou perspectiva de recomeço?

Para realizar nossas proposições teórico-analíticas e problematizar nossas discussões em relação à União Africana, como organização internacional de estados, partiremos das seguintes questões: o que pode representar esta integração continental para as relações internacionais? Será que essa integração continental pode recolocar a África no cenário internacional contemporâneo? Qual o lugar da África nas relações internacionais? Essas indagações serão os “fios condutores” ou os desafios para as nossas considerações teórico-argumentativas.

Utilizamos aqui uma parte da contribuição do pensamento de Huntington, a que se refere a configuração de um sistema internacional múltiplo, sem se apegar a uma visão preconceituosa de não utilizar pensadores com visão conservadora, porém a que se fazer algumas ressalvas como o fez Edward Said:

Na realidade, Huntington é um ideólogo, alguém que quer transformar “civilizações” e “identidades” no que elas não são: entidades fechadas, lacradas, que foram expurgadas da miríade de correntes e contracorrentes que animam a história humana, e que ao longo dos séculos tornaram

possível para essa história incluir não apenas guerras de religião e conquista imperial, mas também ser uma história de trocas, fertilização mútua e compartilhamento. Essa história menos visível é ignorada, na ânsia de dar ênfase de forma grotescamente comprimida e restrita aos conflitos que, segundo a teoria do “choque de civilizações”, seriam a realidade. (SAID, 2003:43)

Mas faz necessário uma pequena e detalhada leitura, mais atenta, e encontramos em “Choque das civilizações” de Huntington (1997) a seguinte passagem:

[...] Num mundo multicivilizacional, o ideal seria que cada civilização principal tivesse pelo menos um assento permanente no Conselho de Segurança. Atualmente apenas três têm. Os Estados Unidos endossam a participação japonesa e alemã, mas está claro que eles serão membros permanentes apenas se outros países também passarem a sê-lo. O Brasil sugeriu cinco novos membros permanentes, ainda que sem o poder de veto – Alemanha, Japão, Índia, Nigéria e ele próprio. Isso, porém, deixaria sem representação um bilhão de muçulmanos do mundo, salvo na medida em que a Nigéria pudesse assumir essa responsabilidade. Do ponto de vista civilizacional, é claro que o Japão e a Índia deveriam ser membros permanentes, e a África, a América Latina e o mundo islâmico deveriam ter assentos permanentes, que poderiam ser ocupados numa base rotativa pelos principais Estados dessas civilizações, com as seleções sendo feitas pela Organização da Conferência Islâmica, pela Organização da Unidade Africana e pela Organização dos Estados Americanos (com os Estados Unidos se abstendo). Seria também apropriado que se consolidassem os lugares da Grã-Bretanha e da França num único assento da União Européia, cujo ocupante rotativo seria selecionado pela União. Dessa maneira, sete civilizações teriam cada uma um assento permanente e o Ocidente teria dois, numa distribuição de forma amplamente representativa da distribuição das pessoas, da riqueza e do poder no mundo. (HUNTINGTON, 1997:404-405)

Percebemos, neste excerto, um olhar até positivo em relação à África – tirando a excessiva ênfase civilizacional que para muitos se torna um reducionismo civilizacional mundial da sua teoria – quando este menciona a proposta de um “mundo multicivilizacional” e nos mostra alguns projetos para a reformulação do Conselho de Segurança da ONU e, conseqüentemente, do sistema internacional como um todo, pois descentralizaria as estruturas de poder, mesmo sendo a OUA uma possível representante africana desse “sistema policêntrico”, já que ainda não havia ocorrido a transição de OUA para UA.

Esta ideia de um mundo civilizacional multifacetado pode estar desvelada na ideia de “mundo policêntrico”, o qual foi mencionado por Samir Amin

[...] a dimensão nacional das lutas não deve ser menosprezada. Ele propõe até mesmo um uso mais consistente do nacionalismo como forma de resistência, em seu sentido progressista, que não exclui a cooperação regional. Tais formas de cooperação regional, em escalas como a da América Latina, África, mundo árabe, Sudeste Asiático, China, Índia e Europa, poderiam se efetivar através de “alianças populares e

democráticas” e um “projeto de um mundo policêntrico autêntico”, uma “outra modalidade de mundialização”. Remodulando o discurso “dependentista” dos anos 1960 e 70, Samir Amin afirma sonhar com a passagem do capitalismo mundial ao “socialismo mundial.”(AMIN apud GROppo, 2005:74-5:81)

Sabemos que tal passagem não se dá por uma escolha em curto prazo, e muitos analistas podem criticá-lo pela sua pretensão de passar de um “capitalismo mundial” para o “socialismo mundial”, também não é a tese defendida aqui neste momento, mas a convergência de pensamento desses autores se mostra relevante pensar neste atual sistema internacional que passa por uma mudança ainda pouco perceptível, porém com alguns sinais registrados nestas contribuições analíticas. Dessa forma, podemos fechar esta discussão com o excerto abaixo:

O que justificaria então a emergência de um conceito de sistema internacional policêntrico? [...] tornaram-se insuficientes as noções estatocêntricas realista e idealista que dão conta da ação estatal, na medida em que o Estado deixou de ser o sujeito histórico das relações para participar de um quadro que, em princípio, poderia ser chamado de condomínio de poder, ou do que em outro lugar chamamos de condomínio de segurança (VILLA, 1999). Esse condomínio de poder seria formado por Estados, movimentos societais transnacionais e instituições intergovernamentais e supranacionais. Dessa forma, o condomínio de segurança seria constituído por instituições estatais e societais representativas como o Conselho de Segurança da ONU, empresas multinacionais, ONGs de escopo global e outras instituições internacionais, econômico-financeiras como a OMC e o FMI, ou de natureza militar, como a OTAN./O conceito de sistema internacional policêntrico, dessa maneira, estaria próximo daquela situação que Paul Kennedy tem chamado de redistribuição da autoridade: essas mudanças globais também podem questionar a utilidade do próprio estado nacional. [...] A constatação dessa redistribuição da autoridade, que aponta para a perda de centralidade do Estado nas questões internacionais, não significa certamente que alguns temas da agenda, como as estratégicas e militares tenham saído do controle e da decisão estatais. Nessa arena o Estado continua reinando soberano. Acontece, entretanto, que a agenda das relações não está concentrada nesse aspecto; aliás, é inegável que, com o desaparecimento da corrida armamentista, tal tema perdeu muito espaço nas preocupações dos policy-makers [grifo nosso] das relações internacionais. (VILLA, 2001:68-69)

Desta forma, o nosso trabalho acrescentaria a UA como uma destas instituições que procuram soluções para os desafios do mundo atual, corroborando para esta ideia de “sistema internacional policêntrico”. Sabemos que os estados africanos não possuem as bases históricas essenciais, porém, nesta análise o autor não menciona que isto seja um empecilho ou mesmo um pré-requisito, o que observamos é uma situação onde o centralismo do estado já não é tão evidente assim para desenvolver soluções para os problemas da atualidade, exigindo uma estratégia mais ampla, baseada na cooperação entre os estados partícipes direta ou indiretamente com a situação-problema posta. Faz-

se necessário observar o projeto de integração africana com outra perspectiva que não seja apenas a da impossibilidade “afro-pessimista” e isso requer que o sujeito que analisa a questão, tenha uma interpretação mais apurada sobre a UA.

Partindo destes pressupostos, Milton Santos e Joseph Ki-Zerbo podem nos mostrar um caminho analítico diferente das posturas já apresentadas, o primeiro se debruça sobre o tema da atual globalização, não menciona especificamente a UA, por razões óbvias, não chegou a ver esta iniciativa na prática, mas suas ideias nos remetem a pensar nas soluções do Sul em resistência ao que ele chama de “globalização perversa”¹, atribuindo aos países do Norte este protagonismo de continuidade de hierarquização das regras do sistema internacional e manutenção do *status quo* da desigualdade das relações de poder no cenário mundial a partir de uma

[...] reconstrução vertical do mundo, tal como a atual globalização perversa está realizando, pretende impor a todos os países normas comuns de existência e, se possível, ao mesmo tempo e rapidamente. Mas isto não é definitivo. A evolução que estamos entre vendo terá sua aceleração em momentos diferentes e em países diferentes, e será permitida pelo amadurecimento da crise./Esse mundo anunciado não será uma construção de cima para baixo, como a que estamos hoje assistindo e deplorando, mas uma edificação cuja trajetória vai se dar de baixo para cima./As condições acima enumeradas deverão permitir a implantação de um novo modelo econômico, social e político que, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduza à realização de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização. (SANTOS, 2002:74).

O segundo se detém a pensar que a solução para o desenvolvimento africano somente se configurará por uma “via federal”, nestes termos problematiza e discorre:

[...] Será possível criar um Estado multirracial e multiétnico? Ou Estados federalistas? A África sempre viveu numa base pluralista; aliás, é muito tarde para constituir, na África, Estados nacionais centralizados. Creio que a opção do mundo globalizado leva os africanos a optar pela via federal, isto é, por fórmulas de descentralização do poder e pelo princípio da delegação de responsabilidades. O federalismo, a que retornarei mais adiante, resolverá muitos problemas africanos, tanto econômicos quanto interétnicos. (KI-ZERBO, 2006:43)

Este é um imenso desafio ao continente, e o autor lembra que este tipo de solução deva considerar um estilo de “desenvolvimento endógeno”, ou seja, de um modo “intra-africano” (KI-ZERBO, 2006:149). Para irmos além, as teses tendem a uma convergência interessante quando o referido autor afirma, “[...] Não se trata de uma

determinação puramente geográfica [a natureza das relações entre Norte e o Sul], é um antagonismo de poder” (KI-ZERBO, 2006:131). Mais adiante, expõe que seja necessário um modelo “pós-econômico” o qual saia do modelo neoliberal e siga “em direção a um modelo humanista de desenvolvimento planetário, [...] os valores terão o seu lugar e será possível juntar a eles tudo o que há de mais suculento, mais requintado, mais humano em todas as culturas do mundo, transcendendo o economicismo atual.” (KI-ZERBO, 2006:140).

Esse modelo “pós-econômico”, mencionado por Ki-Zerbo (2006) aproxima-o ao que expôs o primeiro autor, Milton Santos, na visão sobre a não irreversibilidade da atual globalização. Desta forma, a UA pode estar colaborando para esta mudança de pensamento, da possibilidade de percebermos que há um começo de “história universal verdadeiramente humana” (SANTOS, 2002:174). Neste ponto há outra convergência entre os pensamentos de Milton Santos e Joseph Ki-Zerbo, quando este afirma “É por isso que se deve começar e terminar pela história” (KI-ZERBO, 2006:161).

Destarte, finalizamos este trabalho trazendo uma proposta de análise diferenciada a respeito da integração continental esboçada pelos estados novos africanos, interpretada através destas teorias críticas, como resposta ao atual estágio da globalização que historicamente não lança oportunidades evidentes para o protagonismo destes atores nas rodadas internacionais, sempre os enquadrando em modelos subalternos e de segundos ou terceiros planos, prejudicando discussões e análises mais profundas sobre a renovada organização internacional de estados e seu papel nessa sociedade de estados. Dessa forma, esboçamos indicar um lugar para África na história contemporânea, e sugerimos uma reflexão sobre o seu humanismo e de suas ações que se sobressaem no continente nos últimos anos, que podem transbordar o sistema de estados, apontando necessária dedicação e real importância nas relações internacionais e da história do presente para os temas africanos.

5. Bibliografia

- BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.
- BULL, H. *Sociedade anárquica: um estudo da ordem política mundial*. Brasília/São Paulo: UnB/IMESP, 2002.
- CABRAL, A. *A prática revolucionária: unidade e luta II*. s. l. Seara Nova, 1977.
- CARVALHO, R. M. *Compreender a África: teorias e práticas de gestão*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- CHALIAND, G. *Mitos revolucionários do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CHAUVEAU, A. & TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para história do tempo presente*. Trad. Ilka Stein. Bauru: USC, 1999.
- COMITINI, C. *África arde*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- COOPER, F. *Decolonization and african society. The labor question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERREIRA, M. G. *A África contemporânea: dilemas e possibilidades*. Disponível em: <http://www.smes.salvador.ba.gov.br/documentos/africa_contemporanea.pdf>. Acesso em: 02 Fev. 2010.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 1º ed. Belo Horizonte: Ed. da UFM; Brasília: UNESCO, 2003.
- HERNANDEZ, L. M. G. L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-91)*. 2ª edição. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- HUNTINGTON, S. P. *O choque de civilizações: a recomposição da ordem mundial*. Trad. M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KI-ZERBO, J. *História da África Negra (Vol. II)*. Trad. Américo de Carvalho. 3ª ed. Lisboa: Europa-América, 2002.
- _____. *Para quando a África? Entrevista com René Holenstein*. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- LOPES, C. *Governabilidade na África: preocupação real ou falsa? O caso dos países de língua portuguesa*. In: *Globalização regionalização e nacionalismo*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.
- MACEDO, J. R. (Org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

MACQUEEN, N. A. *descolonização da África portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do império*. Mem Martins (Portugal): Inquérito, 1998.

MAKGOBA, M. W. (Ed.). *African Renaissance: the new struggle*. Cape Town: Mafube/Tafelberg, 1999.

MAMDANI, M. *Ciudadano y súbdito. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1998.

MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Trad. Roland Corbisier e Mariza P. Coelho. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

MERCADANTE, A. A., et al.(Coord.). *Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá, 2008.

MURRAY, R. *Human rights in Africa: from the OAU to the African Union*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RIBEIRO, C. O. *União Africana: possibilidades e desafios*. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org/site/img/upload/306470.pdf>, p. 18. Acesso em 15 jan. 2010.

SAID, E. W. *Cultura e política*. Trad. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, E. *A negritude e a luta das independências: África Portuguesa*. Lisboa: Editorial Minerva, 1975.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SARAIVA, J. F. S. *Formação da África contemporânea: o renascimento cultural africano. O colonialismo e a formação dos novos estados. Impasses e desafios da África*. São Paulo: Atual, 1987.

SERRANO, C. & MUNANGA, K. *A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia*. São Paulo: Atual, 1995.

RÉMOND, R. *Por Uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

VISENTINI, P. F. *A África moderna: um continente em mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

_____. *As relações internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis: Vozes, 2007.

ZANINI, F. *Pé na África: uma aventura do sul ao norte do continente*. São Paulo: Publifolha, 2009.

ZIÉGLER, J. *O poder africano: elementos de uma sociologia política da África negra e de sua diáspora nas Américas*. (Trad.) Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

ARTIGOS

ARRIGHI, Giovanni. La crisis africana. Aspectos derivados del sistema-mundo y

aspectos regionales. In: <http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897.pdf>>. Acesso em: 02 Fev. 2011.

DÖPCKE, W. Sai a Organização de Unidade Africana – entra a União Africana: novas encenações do continentalismo africano. *Meridiano 47* – Boletim de Análises de Conjuntura em Relações Internacionais: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, nº 28-9, p. 3, nov./dez. 2002.

GROPPO, L. A. Transculturação e novas utopias. *Lua Nova* – Revista de Cultura e Política. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, nº 64, p. 61-84, 2005.

LIPPOLD, W. G. R. O pensamento anticolonial de Frantz Fanon e a guerra de independência da Argélia. *Monographia*, Porto Alegre, n. 1, 2005. Disponível em:<<http://www.fapa.com.br/monographia>>. Publicado em: 2005. Acesso em 12 Abr. 2010.

PENNA FILHO, P. African renaissance e a política externa sul-africana. *Meridiano 47* – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, Brasília: IBRI, nº 1, p.7-8, julho de 2000.

RODRIGUES, S. M. Inserção internacional dos quase-estados. *Cena Internacional*, – Revista de Análise em Política Internacional. Brasília: REL-UnB/FUNAG-MRE, ano 3, nº 1, p. 133-52, jul. 2001.

SARAIVA, J. F. S. Desafios africanos para “o mundo que vem aí”: a África contemporânea na fronteira atlântica do Brasil. IN.: SEGUNDA CONFERÊNCIA NACIONAL DE Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: *O Brasil no mundo que vem aí*. Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, 5 e 6 de novembro de 2007.

SEITENFUS, R. A. S.(et. al). O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença. *Rev. bras. polít. Int.* Vol.50, nº 2, Brasília, Jul/Dez. 2007. Disponível em: http://66.102.1.104/scholar?hl=ptBR&lr=&q=cache:U4Co5qKAET0J:www.scielo.br/scielo.php%3Fpi%3DS003473292007000200002%26script%3Dsci_abstract%26tng%3Den+PANAFRICANISMO+E+RELA%C3%87%C3%95ES+INTERNACIONAIS>. Acesso em: 15 nov 2008.

VILLA, R. D. A construção de um sistema internacional policêntrico: atores estatais e não-estatais societais no pós-guerra fria. *Cena Internacional* – Revista de Análise em Política Internacional. Brasília: REL-UnB/FUNAG-MRE, Ano 3, nº 2, dez. 2001.

VIZENTINI, P. G. F. A África (in)dependente/1945-89: processos políticos, desenvolvimento e relações internacionais.73-111. In: *Revista Ciências e Letras da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras: África Contemporânea: história, política e cultura*. Porto Alegre. Nº21 e 22/1998.

PERIÓDICOS

ÁFRICA 21

CENA INTERNACIONAL

LUA NOVA
MERIDIANO 47
MUNDORAMA
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL
VIA MUNDI

FONTES

PAMBAZUKA NEWS: Vozes pan-africanas para a liberdade e justiça (abr. 2008 - fev. 2011)

PANAPRESS: Agência Panafricana de Notícias. (dez. 2002 – fev. 2011)

RELATÓRIOS das Cimeiras dos órgãos constitutivos da União Africana. (1999 – 2011)

SITES

<http://www.africa21digital.com>

<http://www.casadasafricas.org>.

http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OUA/acto_constitutivo-uniao-africana.htm.

<http://www.panapress.com>

<http://www.pambazuka.org>

<http://penafrica.folha.blog.uol.com.br>

<http://www.au.int>